

APRESENTAÇÃO

O presente estudo é uma proposta de desenvolvimento sustentável, integrado e equilibrado, para a região compreendida pelos Municípios vinculados à Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL.

Este PLANO, denominado PLANO BÁSICO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – PBDR, foi elaborado pela equipe técnica da AMUREL com o apoio das Prefeituras Municipais, em parceria com a FECAM - Federação Catarinense de Municípios.

Buscamos refletir a nossa realidade através de um diagnóstico sobre a situação sócio-econômica e físico-territorial da região, apresentando propostas que, conciliando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, venham a servir de subsídios para ações governamentais, conduzindo ao desenvolvimento equilibrado dos Municípios da AMUREL e sua integração com todo o Estado.

O Plano Básico de Desenvolvimento constitui-se na retomada do processo de planejamento para o desenvolvimento da Região. Ao planejar, evitamos a improvisação e nos antecipamos, com ações preventivas, ao surgimento de problemas. Desta maneira, economizamos recursos humanos e materiais. Com a coordenação de ações, moldamos o futuro, definindo as metas que pretendemos atingir. Para a AMUREL, o planejamento regional representa o respeito às peculiaridades de cada Município. Para os Municípios, o planejamento regional serve como balizador de decisões municipais, uma vez que muitos de seus problemas sócio-econômicos e físico-territoriais extrapolam as divisas municipais e podem ser enfrentados com maior eficiência de maneira conjunta. Entendendo-se o todo, compreende-se melhor a função de cada Município na região, analisando sua vocação, sua inversão regional e a complementariedade de funções dentro da mesma região.

OBJETIVOS ESPECIFICOS

Buscamos alcançar para a Região, tendo como instrumento o Plano Básico, o desenvolvimento sustentável, equilibrado e integrado, ao contrário do desenvolvimento “a qualquer custo”, que levou o país na década de 70 a um grande crescimento acompanhado de uma imensa dívida social.

Entende-se por desenvolvimento sustentável a conciliação entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais, de maneira a assegurar que a exploração dos recursos naturais tenha continuidade no tempo, sem exaustão ou degradação ambiental ou social.

Com o desenvolvimento equilibrado da região, serão reduzidos os desequilíbrios; desenvolvendo os potenciais de cada Município; respeitando suas vocações e especificidades, obter-se-á uma melhoria da qualidade de vida da população, integrando-a às demais regiões do Estado e aproximando nossas comunidades do ideal de justiça social.

Finalmente, o desenvolvimento integrado significa a articulação entre os diversos níveis de governo e a sociedade civil, dentro de um processo participativo. Esta integração se dá entre Associações de Municípios, os Municípios que a integram e os Governos Estadual e Federal, bem como com as entidades privadas representativas de setores da comunidade.

METAS

Para atingir estes objetivos, as seguintes metas deverão ser alcançadas:

- utilização adequada dos recursos minerais, vegetais e animais da região, de acordo com a sua sustentabilidade;
- contenção da expansão urbana para áreas inadequadas à ocupação por suas condicionantes geológicas, topográficas, hídricas e ambientais;
- definição de áreas prioritárias para os investimentos públicos, visando o desenvolvimento sustentável do Estado, a recuperação de áreas degradadas e a racionalização das ações governamentais;
- identificação de oportunidades para os investimentos privados, dentro de critérios de compatibilidade ecológica e sócio-econômica, definindo também eventuais necessidades de incentivos governamentais;
- aumento da eficiência do escoamento da produção com vistas ao mercado interno e externo, com especial atenção para o Mercosul;
- preservação das vertentes culturais da região, para assegurar sua identidade, aproveitando também seu potencial turístico.

METODOLOGIA

A concepção metodológica do Plano Básico de Desenvolvimento Regional se deu a partir de uma tendência lógica, embasada no entendimento de que o desenvolvimento sustentável, essencial para o bem estar atual e futuro da população, só será alcançado quando se compatibilizar interesses econômicos, comunitários, sociais e ecológicos. Os espaços analisados foram considerados como sistemas ambientais com relações interdependentes e indissociáveis entre os componentes físico-territoriais de meio natural e as variáveis sócio-econômicas.

No Plano foram levantados e analisados os dados referentes aos aspectos físico-territoriais, econômicos e sociais da região, diagnosticando-se suas deficiências e potencialidades, que estão apresentadas neste trabalho como “situação atual”. Desta análise, resultaram as propostas, que servirão de subsídios para as ações governamentais estaduais e municipais, bem como para investimentos privados.

CONCLUSÃO

A realização deste Plano Básico de Desenvolvimento Regional, pressupõe a busca conjunta de soluções para problemas comuns, aproveitando, ao máximo, as potencialidades de cada Município em suas especificidades; e, o ponto de partida para a discussão mais aprofundada dos temas aqui apresentados. É necessário assegurar a sua continuidade através de um sistema permanente de planejamento regional e que lhe seja dada sustentação pelos Municípios, com a implementação de programas de obras, ações e legislações.

Gilson Nei Damiani
Secretário Executivo da AMUREL



EXECUÇÃO

AMUREL - Associação de Municípios da Região de Laguna

GESTÃO 1993-1994

Presidente: Irmoto José Feuerschuette

1º Vice-Presidente: Jorge Tadeu Zanini

2º Vice-Presidente: Osvaldo Cruzetta

GESTÃO 1994-1995

Presidente : José Nei Alberton Ascari

1º Vice-Presidente: Jerônimo Lopes

2º Vice-Presidente: Donilo Della Giustina

GESTÃO 1995-1996

Presidente: Nazil Bento Junior

1º Vice-Presidente: Isaú Vieira

2º Vice-Presidente: Osvaldo Cruzetta

GESTÃO 1996-1997

Presidente: Donilo Della Giustina

1º Vice-Presidente: Jerônimo Lopes

2º Vice-Presidente: Rouget de Souza Botega

GESTÃO 1997-1999

Presidente: Genésio de Souza Goulart

1º Vice-Presidente: Matias Weber

2º Vice-Presidente: Dorvalino Dacoregio

GESTÃO 1999-2000

Presidente: Ademir da Silva Matos

1º Vice-Presidente: Norvaldo Maas

2º Vice-Presidente: Tadeu Wensing



EQUIPE TÉCNICA

Coordenação Geral:

Secretário Executivo: Gilson Nei Damiani

Equipe Técnica:

Arquiteta: Zita Carlota May Feuerschuette

Economista: João Fernando Andersen

Contador: Geraldo José Cargin

Engenheiro Civil: Dilney Chaves Cabral Filho

Assessora Jurídica: Conceição Aparecida dos Santos

Assessora de Informática: Marileusa Guimarães de Souza

Assessora Administrativa: Adriana de Araújo Cardoso

Digitadora: Adriana Vieira Brigido

Agrimenssor: João Roberto Smania Cataneo

Desenhistas: Jorge Luiz Ávila Souza

Edson Nunes do Carmo

APOIO

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM

Diretoria de Desenvolvimento Urbano

Diretoria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Gerência de Planejamento Ambiental

Fundação de Meio Ambiente - FATMA

Secretaria de Estado da Fazenda - SEF

Diretoria de Desenvolvimento Regional e Municipal - DIRM

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE

Secretaria de Segurança Pública - SSP

Comando Geral da Polícia Militar

Diretoria Estadual de Defesa Civil

Corpo de Bombeiro /3ª Secção de Combate a Incêndio

Corpo de Bombeiro de Orleans

Ministério do Exército / 3ª Companhia/63º Batalhão de Infantaria

5º Batalhão de Polícia Militar

5º Delegacia Regional de Polícia

Delegacia Regional de Polícia de Laguna

Delegacia de Polícia da Comarca de Orleans

Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento - SAA

Secretaria de Estado dos Transportes e Obras - STO

Departamento de Trânsito e Terminais – DETER

Departamento de Estradas e Rodagens – DER

5º Distrito Rodoviário

Secretaria de Estado da Saúde – SES

14º Regional de Saúde

Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto - SEC

Fundação Catarinense de Cultura - FCC

Secretaria de Estado de Habitação Saneamento e Desenvolvimento Comunitário - SHD

Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - COHAB

Companhia de Abastecimento de Água - CASAN

Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC

Federação Catarinense de Associações de Municípios - FECAM

Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI

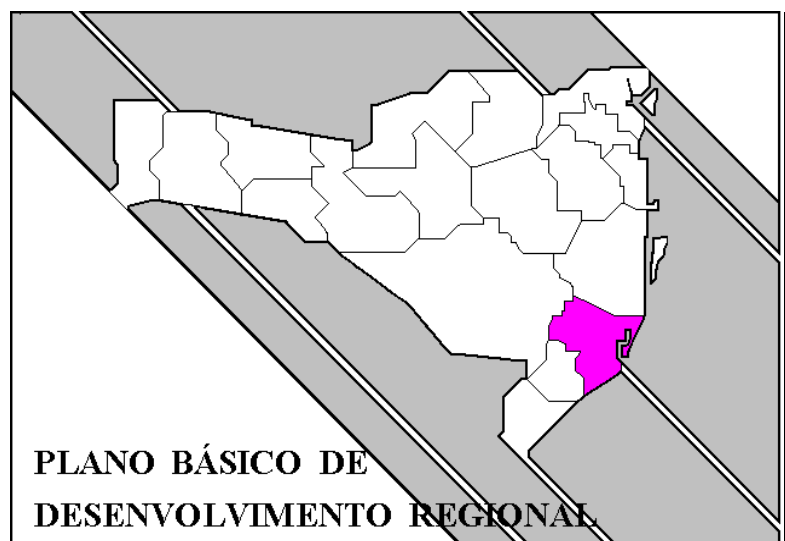
Departamento Nacional de Estradas e Rodagens – DNER

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

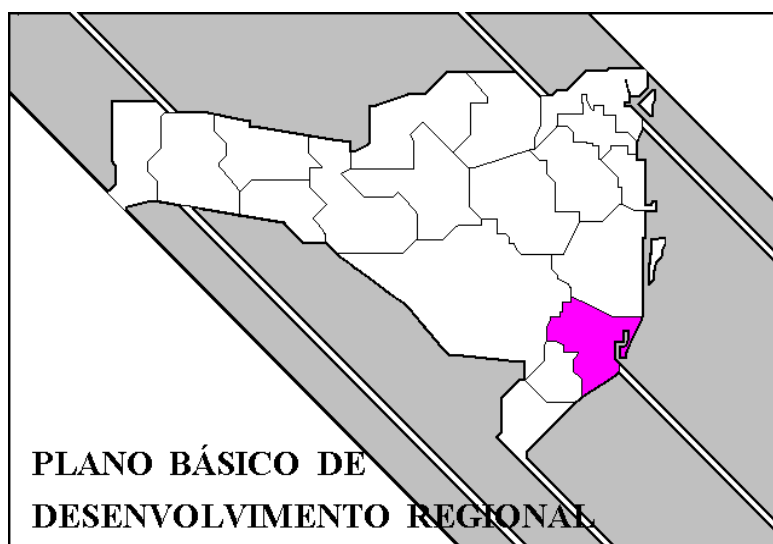
Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina - FIESC

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE
Companhia de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC
Associação Sul Catarinense de Turismo - SULCATUR
Fundação Nacional de Saúde
Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL
Associação Comercial e Industrial de Tubarão - ACIT
Associação Comercial e Industrial de Imbituba - ACIM
Clube dos Diretores Lojistas - CDL/Tubarão
Associação dos Jovens Empresários de Tubarão - AJET
Companhia Docas de Imbituba – Porto de Imbituba
Companhia Docas de São Paulo – Porto de Laguna
Hospital Nossa Senhora da Conceição
Exatoria Estadual/ Tubarão
Serviço Nacional do Comércio - SENAC
Serviço Nacional da Indústria - SENAI
Cooperativa Eletrificação Rural de Gravatal – CERGRAL
Cooperativa Eletrificação Rural de Paulo Lopes – CERPALO
Cooperativa Eletrificação Rural de Anitápolis Ltda - CERAL
Cooperativa Eletrificação Rural Anita Garibaldi
Cooperativa Eletrificação Rural Braço do Norte
Cooperativa Eletrificação Rural de São Ludgero Ltda – CERGERO
Cooperativa Eletrificação Rural de Armazém de Responsabilidade Ltda – COOPERZEM
Cooperativa Regional Sul de eletrificação Rural Ltda - COORSEL
Cooperativa Eletrificação Rural Aliança Içara
Cooperativa Eletrificação Rural de Grão Pará de Responsabilidade Ltda - CERGAPA
Cooperativa Eletrificação Rural Treze de Maio
Telecomunicações de Santa Catarina - TELESC
SAMAE de Jaguaruna
SAMAE de Grão Pará
SAMAE de Orleans
SAMAE de Sangão
SAMAE de São Ludgero
Escola Técnica Diomício Freitas - CIP
Rede Ferroviária S/A – RFFSA
Administração da Rodoviária de Tubarão

SITUAÇÃO ATUAL



1. ASPECTOS GERAIS DA REGIÃO



1. ASPECTOS GERAIS DA REGIÃO

1.1. HISTÓRICO

O processo de colonização do sul do Brasil teve início nas últimas décadas do séc. XVII. Essa ocupação inicial teve razões políticas e militares de caráter estratégico da Coroa Portuguesa face as excurções platino-hispanicas no sul do Brasil. Foram criados os primeiros núcleos de povoamento luso-viceentista no litoral catarinense: São Francisco, Desterro e Laguna.

O núcleo fundado por Domingos de Brito Peixoto, em 1676, recebeu o nome de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, e foi responsável pelo povoamento luso no interior sul catarinense e campos de Viamão. Laguna emancipou-se em 1714 e dali partiram os primeiros colonizadores inicialmente para Imbituba e Tubarão.

Em meados do séc. XVIII a imigração luso-açoriano veio reforçar o povoamento dos núcleos iniciais no litoral. Apesar da falta de condições para o desenvolvimento agrícola, dedicaram-se às atividades agropecuárias, de pesca e comércio marítimo e terrestre. Ainda neste século, deu-se início à colonização de Imaruí, Gravatal e Jaguaruna por moradores de Laguna.

No século XIX começaram a chegar elementos europeus de outras nacionalidades. Em 1820 foi concedido aos estrangeiros o direito de receberem terras do estado: as chamadas "Sesmarias". Nesta oportunidade deu-se o início da imigração alemã em Santa Catarina, com a fundação das colônias de Terezópolis, São Pedro de Alcântara e outras.

Mais tarde a partir de 1870, o imigrante Germânico procedente destes núcleos mais antigos, veio a ser estabelecer no sul do estado formando novos núcleos ao longo do vale do Rio Capivari (em São Martinho e Armazém), e subindo o vale do Rio Tubarão (em Tubarão, São Ludgero, Braço do Norte e Rio Fortuna).

Ainda em 1870, Tubarão emancipou-se de Laguna.

No último quartel do séc. XIX, por iniciativa do Presidente da Província Alfredo D'Escragnoille Taunay que justificou junto ao Governo Imperial as possibilidades que a criação de núcleos coloniais proporcionariam para a Província, (possuidora de terras de grande fertilidade e corrente de mão-de-obra), deu-se a introdução do imigrante italiano no Estado de Santa Catarina. Iniciado o processo, em 1877, vieram os primeiros imigrantes provenientes do norte da Itália. No sul do estado, instalou-se a Colônia de Azambuja, depois fragmentada nos núcleos de Urussanga, Presidente Rocha e Acioli Vasconcelos. Fixaram-se também em áreas ocupadas pelo elemento germânico.

Em 1880 vieram imigrantes alemães para terras do atual município de Gravatal.

Em 1883, foi fundada a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará e vieram os primeiros imigrantes para Orleans e Grão Pará, entre eles italianos, alemães e alguns poloneses. Em torno de 1887, as primeiras famílias de imigrantes de italianos vieram se instalar em Treze de Maio.

Em 1890, emancipou-se o município de Imaruí, desmembrado de Laguna. E em 1913 era a vez de Orleans desmembrar-se de Tubarão.

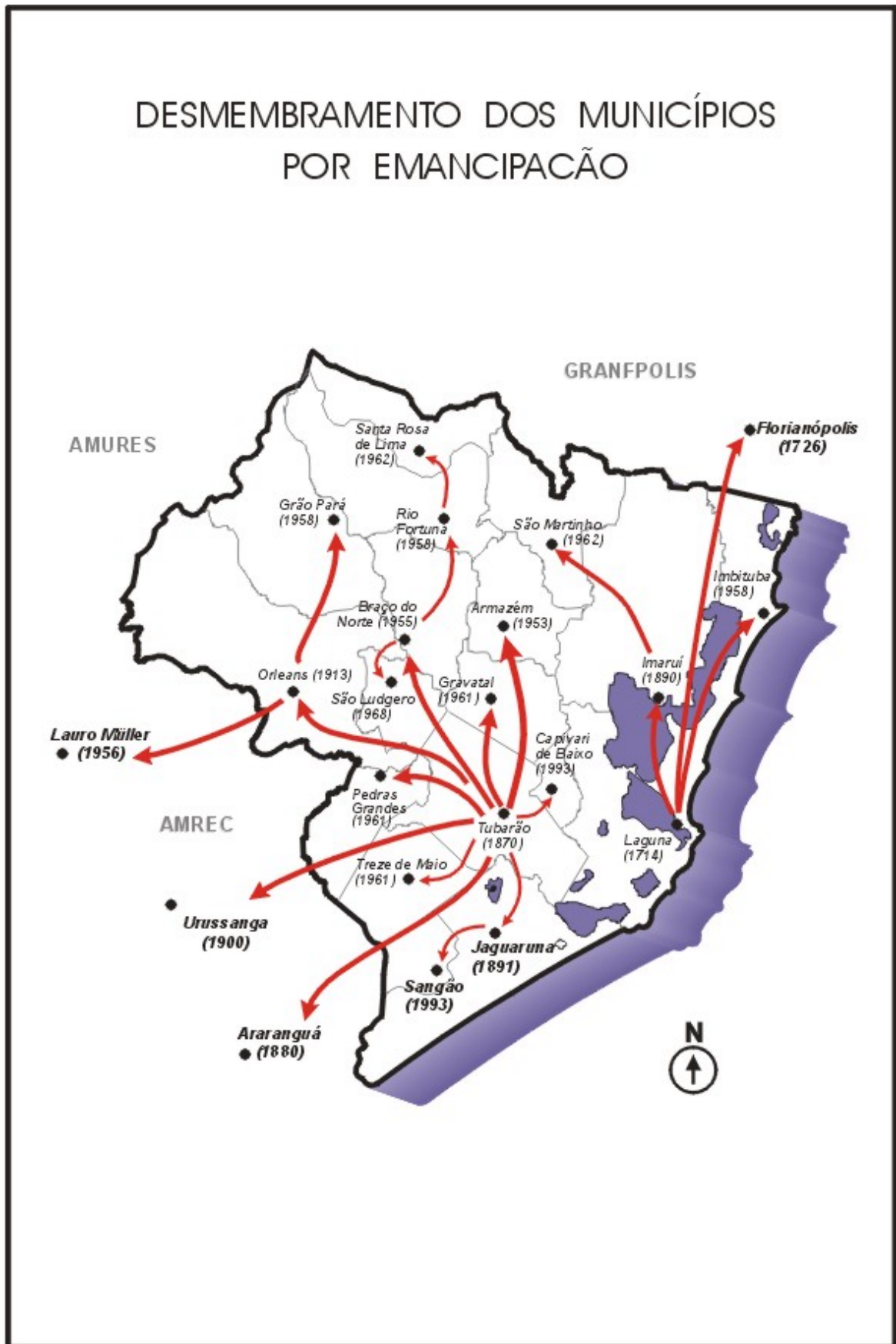
Somente em 1920, vieram para terras hoje pertencentes à Santa Rosa de Lima os primeiros colonos, de origem alemã, italiana, açoriana e mestiços.

Em 1930 deu-se a emancipação de Jaguaruna e em 1955 de Braço do Norte, ambos desmembrados de Tubarão. Em 1958 Imbituba emancipou-se, desmembrando de Laguna. No mesmo ano emanciparam-se Grão Pará, Armazém e Rio Fortuna. Em 1961 emanciparam-se Gravatal, Pedras Grandes e Treze de Maio, e no ano seguinte foi a vez de São Ludgero e São Martinho, todos eles desmembrados de Tubarão.

Também em 1962, Santa Rosa de Lima emancipou-se de Rio Fortuna.

Recentemente, em 1992, ocorreu a emancipação de Sangão e Capivari de Baixo, desmembrados de Jaguaruna e Tubarão respectivamente.

MAPA – 1.1 : DESMEMBRAMENTO DOS MUNICÍPIOS POR EMANCIPAÇÃO



CRONOGRAMA HISTÓRICO - AMUREL

- 1673 - Fundação de Desterro por Francisco Dias Velho .
- 1676 - Fundação de Laguna por Domingos de Brito Peixoto.
- 1714 - Emancipação do município de Santo Antônio dos Anjos da Laguna.
- 1720 - Início do povoamento de Imbituba por açorianos.
- 1721 - Início do povoamento de Tubarão por moradores da Laguna (em busca de terras férteis).
- 1726 - Emancipação de Desterro (separando-se de Laguna).
- 1770 - Emancipação de Lages (separando-se de Laguna).
- 1800 - Início da colonização de Imaruí (oriundos de Laguna).
- 1816 - João Texeira Nunes doou uma área para a construção de uma capela que originou a futura freguesia de Tubarão
- 1833 - Criação da Freguesia de São João Batista de Imaruí (elevada a categoria de Distrito).
- 1836 - Criação do Distrito de Tubarão.
- 1839 - O governo de Farroupilha decretou Laguna como capital da República Juliana (durou até março de 1845). Ida de várias famílias lagunenses para Imaruí.
- 1841 - Feitos os primeiros estudos na Bacia carbonífera pelo geólogo Dr. Parigot em Grão Pará.
- 1850 - Início da Colonização de Gravatal por moradores de Laguna .
- 1862 - Início da colonização de Braço do Norte, procedentes de Desterro.
- 1869 - Início da colonização de Jaguaruna.
- 1870 - Chegada de imigrantes alemães à Braço do Norte , Tubarão, Armazém e Rio Fortuna procedentes de Terezópolis, São Bonifácio, Anitápolis e do Rio Grande do Sul.
- Emancipação política do município de Tubarão.
- 1874 - Início da construção da Estrada de Ferro Dna Tereza Cristina (término em 1885).
- 1873 - chegada de imigrantes alemães para o municípios de São Martinho e São Ludgero .
- 1875 - Vinda de imigrantes italianos para Braço do Norte e São Ludgero.
- 1877 - Fundação da colônia de Azambuja por imigrantes italianos (Pedras Grandes).
- 1880 - Vinda de imigrantes alemães para Gravatal e Armazém.
- 1882 - Fundada a Empresa de Terras e Colonização de Grão Pará S.A. (Orleans).
- 1883 - Vinda de imigrantes alemães , italianos e poloneses para Orleans.
- 1884 - Jaguaruna é elevada a Freguesia
- Inauguração da Estrada de Ferro Dna. Tereza Cristina.
- 1887 - Início da colonização de Treze de Maio por imigrantes italianos.

- 1888 - Pedras Grandes passou a distrito de Tubarão
- Orleans passou a distrito de Tubarão.
- 1890 - Emancipação política do município de Imaruí.
- 1891 - Emancipação política do município de Jaguaruna.
- 1892 - São Martinho foi elevado à categoria de distrito com nome de São Martinho do Capivari.
- 1900 - Fundado o colégio São Ludgero, primeiro seminário de Santa Catarina.
- 1901 - Armazém é elevado a categoria de Vila.
- 1905 - Início da colonização de Santa Rosa de Lima (primeiro colono de origem alemã).
- 1910 - Vinda dos primeiros italianos para Gravatal oriundos de Azambuja (Pedras Grandes).
- 1909 - Criação do distrito de Rio Fortuna (pertecente a Imaruí) e depois revogado.
- 1912 - Henrique Lage iniciou, em 1912, uma linha de navios de carga e passageiros com escala entre Rio de Janeiro e Porto Alegre.
- 1913 - Emancipação política do município de Orleans.
- 1920 - Vinda de colonos para Santa Rosa de Lima de origem alemã, italiana, açoriana e mestiços.
- 1921 - Rio Fortuna é elevada a categoria de distrito de Tubarão.
- 1926 - Criação do distrito denominado Paz do Coração de Jesus (Gravatal).
- Criação do distrito de Treze de Maio.
- Criação do distrito de Grão Pará.
- 1930 - Emancipação política do município de Jaguaruna .
- 1933 - Rio Fortuna é elevado a categoria de Vila.
- 1942 - Instalação do Lavador de carvão da Companhia Siderúrgica Nacional - CSN em Tubarão.
- 1955 - Emancipação política do município de Braço do Norte.
- 1957 - Santa Rosa de Lima é elevado a categoria de distrito de Rio Fortuna .
- 1958 - Emancipação política de Armazém, Grão Pará, Imbituba e Rio Fortuna.
- 1960 - Instalação da Sociedade Termoelétrica Catarinense - SOTELCA, em Tubarão
- 1961 - Emancipação política de Gravatal e Pedras Grandes.
- 1962 - Emancipação política de Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho e Treze de Maio.
- 1971 - A SOTELCA / Tubarão passa a integrar o sistema ELETROSUL.
- 1992 - Emancipação política de Sangão e Capivari de Baixo.

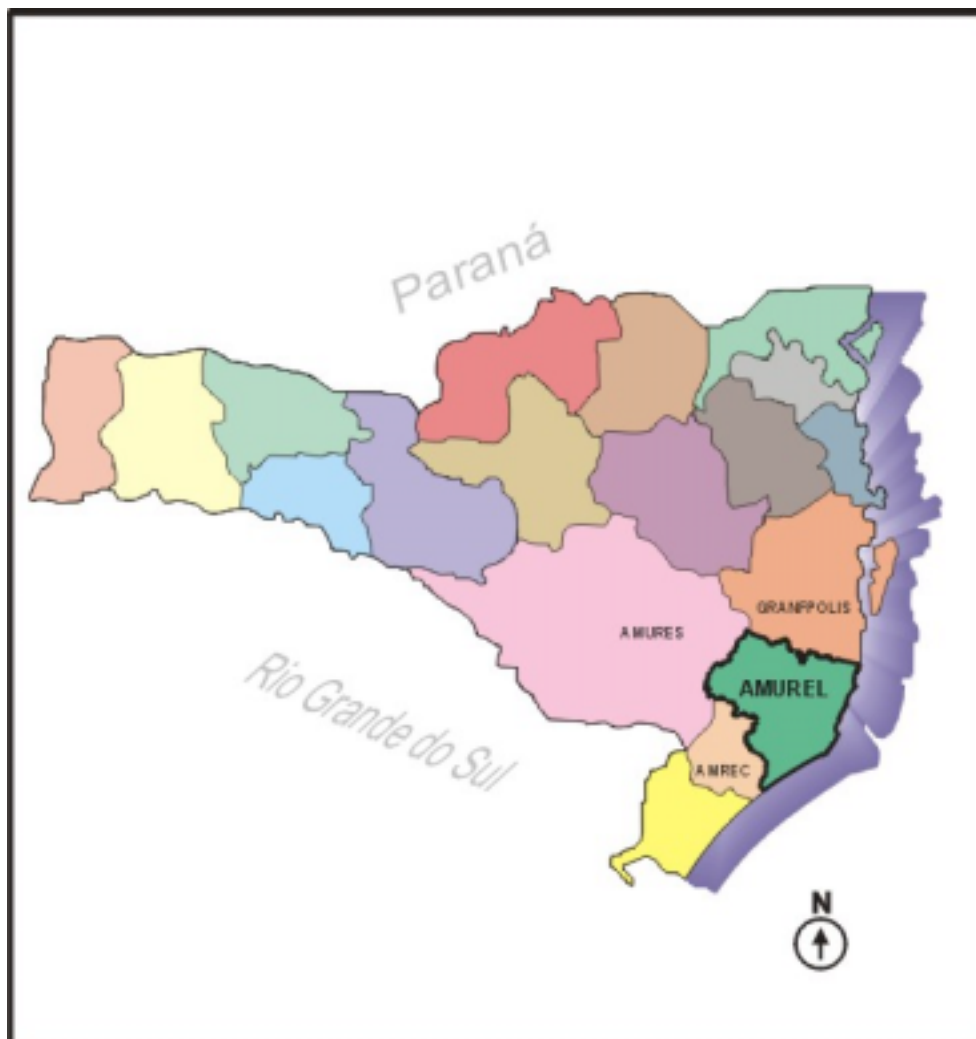
1.2. CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

A região abrangida pela Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, está situada entre os paralelos 27°48'00" (latitude norte) e 28°48'08" (latitude norte), 48°38'18" (longitude leste) e 49°31'48" (longitude Oeste). Compreende uma área de 453.160Km², correspondendo a 4,75% da área do Estado de Santa Catarina. Limita-se ao norte com a Associação de Municípios da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS, a sudoeste com a Associação de Municípios da Região Carbonífera - AMREC, a leste e sudeste com o Oceano Atlântico e a Noroeste com a Associação de Municípios da Região Serrana - AMURES.

A BR - 101 corta a região no sentido norte-sul e, partindo dela, a SC-438 faz a ligação do litoral com o Planalto Serrano.

O município de Tubarão se destaca como centro de polarização regional através da prestação de serviços e comércio. E os municípios de Laguna, Imbituba e Braço do Norte atuam como sub-polos regionais.

MAPA – 1.2 : CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO



1.3. DIVISÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA

A Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL, foi fundada em 14 de Agosto de 1970, teve suas atividades iniciadas em 1974.

É composta pelos municípios de Armazém, Braço do Norte , Capivari de Baixo, Grão Pará , Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão (onde está sediada).

De acordo com a divisão do Estado de Santa Catarina em microregiões polarizadas estabelecida pelo decreto nº 844 de 28 de setembro de 1971, os municípios da região pertenciam a 12ª microregião de Laguna.

A partir de 14 de julho de 1983, através do decreto n º 19.542 foi criada a 20ª microregião de Laguna abrangendo 6 municípios: Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, São Martinho e Garopaba; e alterada a denominação da 12ª microregião para microregião do Vale do Rio Tubarão que abrange 13 municípios: Armazém, Braço do Norte, Capivari de Baixo, Grão Pará, Gravatal, Orleans, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Sangão, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, Treze de Maio e Tubarão.

MAPA – 1.3 : DIVISÃO POLÍTICO – ADMINISTRATIVA

